



Ao Juízo da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional de Cascavel /PR

Autos nº 0033231-94.2024.8.16.0021, de Recuperação Judicial

Auxilia Consultores Ltda., representada por sua responsável técnica *Laís Keder Camargo de Mendonça*, já qualificada, na qualidade de Administradora Judicial nomeada e compromissada nos autos do processo de Recuperação Judicial acima enumerado, vem, a ilustre presença de Vossa Excelência, para apresentar a

RELAÇÃO DE CREDORES

nos termos do art. 7.º, § 2.º, da LREF

das Devedoras integrantes do **Grupo Fazenda Bela Vista – em Recuperação Judicial**, assim como tecer breves considerações a respeito do trabalho realizado, nos termos a seguir aduzidos.

I. DA VERIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS

Nos termos do art. 7º, caput, da Lei 11.101/2005, “a verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas”.

A redação do dispositivo é de relativa clareza, de maneira que, a rigor, não haveria necessidade de maiores incursões acerca da atividade desempenhada pela Administração Judicial. Contudo, com base no princípio da transparência e com vistas a conferir previsibilidade e segurança às partes interessadas, reputa-se pertinente tecer considerações sobre os métodos adotados para a verificação administrativa dos créditos.

A primeira consideração a ser destacada refere-se ao impacto da desistência do pedido de recuperação judicial por parte de Gilmar Goes, cuja homologação foi formalizada por meio da r. decisão de ev. 126, que deferiu o processamento da recuperação das demais requerentes. A exclusão resultou em significativa modificação na configuração do





passivo inicialmente informado pelas devedoras, com a supressão dos créditos a ele vinculados. Tal exclusão, contudo, não implicou desconsideração integral das operações a ele relacionadas, uma vez que, ao longo da verificação, constatou-se que a devedora Rosimar Valler figurava, como garantidora fidejussória de obrigações contraídas por Gilmar Goes.

Diante dessa constatação, e considerando a autonomia das obrigações decorrentes de garantias fidejussórias assumidas por Rosimar, a Administração Judicial incluiu em seu escopo de análise diversas operações formalizadas diretamente por Gilmar, com o intuito de apurar a existência de créditos sujeitos, em razão da vinculação da garantidora àquelas relações obrigacionais. As conclusões extraídas dessa verificação encontram-se destacadas no tópico II, abaixo.

A atuação da Administração Judicial, ademais, não se limitou à documentação fornecida pelas devedoras ou encaminhada espontaneamente pelos credores. Foram também adotadas medidas proativas voltadas à obtenção de informações complementares, inclusive por meio de pesquisas em sistemas de acompanhamento processual da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, com a finalidade de identificar ações judiciais envolvendo as devedoras em recuperação ou Gilmar Goes, com potenciais reflexos na verificação dos créditos.

Nos casos em que os documentos analisados se mostraram insuficientes para a adequada aferição da legitimidade, titularidade ou correta classificação dos créditos, foram adotadas providências com estio no art. 22, I, d, da LREF, consistentes na requisição de informações complementares diretamente aos respectivos credores, devedoras e/ou sócios. Dentre os que atenderam às solicitações formuladas, destacam-se o Banco Santander (Brasil) S/A, a Cooperativa Agroindustrial Copacol Consolata e Fábio Terra, cujas respostas contribuíram de forma relevante para a consolidação das análises realizadas.

Outro aspecto relevante observado no processo de verificação diz respeito à elevada incidência de garantias reais hipotecárias vinculadas a créditos apresentados. Nesse ponto, procedeu-se à análise individualizada de todas as matrículas dos imóveis





oferecidos em garantia, com a finalidade de averiguar a regularidade das garantias prestadas, sua vinculação ao crédito declarado, e a eventual repercussão dessa condição na classificação do crédito.

As medidas acima descritas tiveram por finalidade assegurar que a relação de credores ora apresentada, refletisse, com o maior grau de precisão e fidedignidade possível, a realidade dos créditos sujeitos ao regime da recuperação judicial. Com o mesmo intuito de garantir máxima transparência, integra a presente manifestação o **Relatório Analítico de Verificação de Créditos**, no qual se encontram detalhadas, por classe e por credor, as conclusões fundamentadas alcançadas a partir da documentação analisada.

Por fim, a Administração Judicial permanece à disposição das partes interessadas para fornecer, mediante solicitação ao endereço eletrônico **contato@auxiliaconsultores.com.br**, os documentos que embasaram cada uma das análises técnicas realizadas.

Encerradas as considerações gerais acerca da metodologia adotada na verificação administrativa dos créditos, passa-se ao detalhamento individualizado por classe, o que se justifica no presente caso, diante da substancial alteração na relação de credores sujeitos.

I.a. Do trabalho realizado na Classe I – Trabalhista

A relação de credores inicialmente apresentada pelas Devedoras e publicada junto ao Edital a que se refere o art. 52, § 1º, LREF, contemplava, na Classe I – Trabalhista, os nomes de Edimilson Cardoso da Silva e Valdir Alves da Conceição, totalizando, preliminarmente, o montante de R\$ 11.882,21. No entanto, no curso da verificação administrativa, verificou-se a necessidade de incluir crédito em favor do escritório G. Mário Pizzatto Advogados Associados, ajustar o saldo do sr. Edimilson, bem como excluir o crédito de Valdir Alves da Conceição, conforme se expõe a seguir.

No curso da análise dos processos judiciais em trâmite, foi identificada a existência de crédito sujeito em favor do escritório **G. Mário Pizzatto Advogados Associados**, decorrente de honorários advocatícios sucumbenciais fixados judicialmente no





percentual de 10% nos autos da Execução de Título Extrajudicial n.º 0000645-38.2024.8.16.0042, movida contra a devedora Rosimar Valler. A decisão foi proferida em 26/06/2024, sendo que, à data do pedido recuperacional, o saldo do débito executado era de R\$ 2.126.519,55, resultando no valor de R\$ 216.904,99 a título de honorários.

Considerando o entendimento jurisprudencial consolidado pelo STJ¹, que reconhece a natureza alimentar dos honorários advocatícios, o crédito foi lançado junto à Classe I – Trabalhista.

Quanto ao crédito de **Edimilson Cardoso da Silva**, inicialmente relacionado pelo valor integral constante do TRCT (R\$ 5.175,62), procedeu-se à apuração do fato gerador individual de cada parcela, conforme determina o art. 49 da LREF. Apurou-se que a rescisão contratual ocorreu em 30/08/2024, ou seja, após o ajuizamento da recuperação, motivo pelo qual diversas verbas de natureza rescisória foram excluídas da relação. Foram considerados sujeitos à recuperação judicial apenas os valores cujos fatos geradores se consolidaram anteriormente ao protocolo do pedido, totalizando o montante de R\$ 3.282,46.

Com relação ao credor **Valdir Alves da Conceição**, a documentação extraída dos autos da reclamação trabalhista n.º 0001119-77.2024.5.09.0325 revelou a existência de Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, com expressa quitação das verbas rescisórias mediante pagamento efetuado em 30/08/2024, no valor de R\$ 6.706,59, ou seja, após o ajuizamento da Recuperação Judicial, protocolado em 28/08/2024.

Parte das verbas quitadas possuía fato gerador anterior ao pedido, o que, em tese, atrairia sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005. Em tal cenário, seria possível sustentar que o pagamento realizado após o ajuizamento configuraria prática de pagamento seletivo, violando o princípio da paridade entre credores da mesma classe.

Todavia, a natureza alimentar do crédito envolvido e a hipossuficiência do trabalhador

¹ REsp 1.785.467/SP.





exigem que o princípio da isonomia seja interpretado com o devido temperamento. Deve-se reconhecer, nesse contexto, a aplicação dos princípios da boa-fé do credor trabalhista e da irrepetibilidade das verbas salariais, já consagrados em diversas manifestações jurisprudenciais, inclusive no âmbito do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MILITAR. TRATAMENTO DE SAÚDE. RECEBIMENTO DE VERBA DE NATUREZA SALARIAL. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR. PRECEDENTES DO STJ. 1. Na espécie, o Tribunal de origem entendeu pela irrepetibilidade dos valores pagos ao servidor para tratamento de saúde decorrente de decisão provisória parcialmente alterada por sentença, que entendeu por bem afastar a possibilidade de incorporação do militar para fins de remuneração integral, mas manter o necessário tratamento de saúde, sem o ressarcimento do que já foi pago, cujo recebimento se deu de boa-fé. Tal entendimento está em consonância com a orientação firmada no STJ, fundado no princípio da irrepetibilidade das prestações de caráter alimentício e em face da boa-fé da parte que recebeu a referida verba. (STJ, 2.a Turma, AgRg no REsp 1541400/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, julgado em 01/10/2015, DJe 09/10/2015)

Por esta razão, excluído o crédito em análise da relação de credores. Contudo, por mais que na visão da Administração Judicial não seja o caso de se ordenar a devolução das quantias e o recebimento na forma que vier a ser prevista no plano, a questão é relevante e complexa, por isso merece ser trazida à conhecimento não apenas do Juízo, mas da coletividade de credores, das Fazendas Públicas e do Ministério Público.

Concluída a verificação, a Classe I – Trabalhista passa a ser composta pelos seguintes credores sujeitos: Edimilson Cardoso da Silva, com crédito de R\$ 3.282,46, e G. Mário Pizzatto Advogados Associados, com crédito de R\$ 216.904,99, resultando no total de R\$ 220.187,45.

I.b. Do trabalho realizado na Classe II – Garantia Real

A relação de credores inicialmente apresentada pelas Devedoras na Classe II – Créditos com Garantia Real contemplava os credores Banco Santander (Brasil) S.A., SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo e D'Marco Empreendimentos Imobiliários Ltda.,





totalizando o montante preliminar de R\$ 9.388.570,19.

No entanto, após a conclusão da fase administrativa de verificação de créditos, restou reconhecido como sujeito à recuperação judicial, nesta classe, apenas o crédito do Banco Santander, conforme será detalhado a seguir.

No caso do **Banco Santander (Brasil) S.A.**, a Administração Judicial procedeu à análise de diversos contratos e processos judiciais vinculados às Devedoras, tendo confirmado a existência de garantias reais regularmente constituídas, especialmente hipotecas cedulares incidentes sobre imóveis situados no município de Alto Piquiri/PR. Adicionalmente, foi identificada uma operação com garantia fidejussória prestada por Rosimar Valler em favor de obrigação contraída por Gilmar Goes – hipótese que atraiu, nessa medida, a sujeição do crédito ao processo de soerguimento, conforme será melhor desenvolvido no tópico II.b, abaixo. Ao final da análise, o crédito sujeito atribuído ao Banco Santander na Classe II foi apurado em R\$ 4.225.670,36.

Quanto ao SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo, a documentação contratual analisada demonstrou que as operações celebradas com Rosimar Valler decorreram integralmente de atos cooperativos típicos, situação que atrai a exclusão dos créditos da recuperação judicial, nos termos do art. 6º, § 13, da Lei n.º 11.101/2005. A análise sobre a natureza jurídica dessas operações será oportunamente aprofundada no tópico II.b, dada a sua complexidade técnica e relevância para o presente processo.

Já no tocante ao credor D'Marco Empreendimentos Imobiliários Ltda., a exclusão do crédito inicialmente relacionado decorreu da verificação de cláusulas de irrevogabilidade e irretratabilidade nos contratos de promessa de compra e venda e cessão de direitos firmados com Rosimar Valler. Nessa hipótese, configura-se a exceção prevista no art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005, o que afasta a sujeição dos respectivos créditos ao regime recuperacional.

Dessa forma, concluída a verificação administrativa, a Classe II – Créditos com Garantia Real passa a ser composta, de forma definitiva, **exclusivamente pelo crédito do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R\$ 4.225.670,36.**





I.c. Do trabalho realizado na Classe III – Quirografária

A relação de credores inicialmente apresentada pelas Devedoras na Classe III – Quirografária contemplava os credores Coamo Agroindustrial Cooperativa, Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata, M.A. Máquinas Agrícolas Ltda., Sicredi e Silva & Secco Ltda., totalizando o montante preliminar de R\$ 3.704.415,97.

No entanto, após o desenvolvimento da verificação administrativa, houve a exclusão de parte significativa dos créditos inicialmente relacionados e a inclusão de novos credores, com a devida apuração individualizada da legitimidade, natureza e exigibilidade dos valores, resultando na manutenção de três créditos sujeitos à recuperação judicial, conforme segue.

Em relação à **Coamo Agroindustrial Cooperativa**, reconheceu-se como não sujeito à recuperação judicial o crédito decorrente de atos cooperativos diretamente firmados com a Devedora Rosimar Valler. Por outro lado, foi considerada sujeita ao processo a parcela de R\$ 1.099.716,30, referente a garantias fidejussórias prestadas pela Devedora em favor de operações contratadas por Gilmar Goes, cuja natureza jurídica autônoma e distinta da relação cooperativa atrai os efeitos do processo recuperacional, o que será melhor delineado nos tópicos II.a e II.b, abaixo.

No que se refere à Copacol, a totalidade do crédito foi excluída, pois resultante de obrigações típicas do vínculo cooperativos, decorrentes de fornecimento de insumos e financiamentos agrícolas concedidos à cooperada Rosimar Valler, caracterizando, portanto, atos cooperativos não sujeitos à recuperação, conforme item II.a.

O credor **M.A. Máquinas Agrícolas Ltda.** teve seu crédito de R\$ 34.402,35 mantido integralmente, em razão da regularidade da documentação apresentada e da comprovação da existência e exigibilidade das obrigações na data do pedido, derivadas de fornecimento de produtos e serviços.

Em contrapartida, o crédito de Silva & Secco Ltda. foi excluído da relação de credores, diante da apresentação de recibo de quitação do valor originalmente informado, datado





de 24/06/2024, anterior ao pedido recuperacional.

Adicionalmente, foi incluído crédito em favor de **Fábio Oliveira Terra**, no valor de R\$ 36.757,00, decorrente do não repasse da receita gerada por parcela da produção agrícola da safra de milho/2024, cultivada em área sobre a qual o credor detinha direito de uso por contrato de comodato. A produção foi operacionalizada pelas Devedoras, que reconhecem o valor como devido. Importa esclarecer, no entanto, que Fábio Oliveira Terra é sócio da Fazenda Bela Vista, uma das sociedades empresárias integrantes do grupo econômico em recuperação judicial, razão pela qual, na eventualidade de ser convocada Assembleia Geral de Credores, ficará impedido de exercer direito de voto, em observância ao disposto no art. 43, da Lei 11.101/2005.

Com isso, a Classe III – Quirografária passa a ser composta pelos credores Coamo Agroindustrial Cooperativa (R\$ 1.099.716,30), M.A. Máquinas Agrícolas Ltda. (R\$ 34.402,35) e Fábio Oliveira Terra (R\$ 36.757,00), totalizando R\$ 1.170.875,65.

I.d. Do trabalho realizado na Classe IV – ME/EPP

Quanto à Classe IV – Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, foi reconhecido um único crédito sujeito, decorrente da reclassificação do credor **Umudiesel Derivados de Petróleo Ltda.**, anteriormente listado na Classe III.

Com base na documentação apresentada, especialmente as notas fiscais emitidas, o crédito no valor de R\$ 41.425,00 foi mantido, com a devida reclassificação em razão do enquadramento da credora como microempresa.

Concluída a verificação administrativa, a Classe IV – ME/EPP passou a conter o valor de R\$ 41.425,00.

II. DOS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS NECESSÁRIOS

II.a Créditos oriundos de Atos Cooperativos

Durante a verificação administrativa de créditos, nos deparamos com diversos





contratos relacionando as Devedoras com Cooperativas, tendo estas, majoritariamente, pugnado pela exclusão dos seus créditos da presente Recuperação Judicial.

Inicialmente, registra-se que o entendimento adotado por esta Administração Judicial com relação aos créditos detidos por Cooperativas é no sentido de que a exclusão indistinta viola preceitos constitucionais fundamentais, especialmente o princípio da isonomia.

Com efeito, a primeira parte do § 13 do art. 6º da LREF introduziu uma nova hipótese de exclusão de créditos dos efeitos da recuperação judicial, qual seja, os *“atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do artigo 79 da Lei nº 5.764/1971”*. No entanto, tal inovação normativa acabou por criar, a nosso ver, uma indevida desigualdade entre credores que exercem atividades idênticas ou análogas, diferenciando-os exclusivamente em razão da natureza jurídica da entidade credora (cooperativa ou não cooperativa).

Não se ignora a importância e o papel constitucionalmente reconhecido do cooperativismo (arts. 146, III, “c”, e 174, § 2º, da Constituição Federal), nem o dever do Estado de promover o adequado tratamento tributário e institucional às cooperativas. Todavia, esse estímulo não se confunde com a concessão de privilégios desproporcionais no âmbito da insolvência empresarial. A exclusão indiscriminada dos créditos cooperativos dos efeitos da recuperação judicial, independentemente da natureza econômica da operação ou da sua essencialidade ao funcionamento da cooperativa, representa, a nosso sentir, distorção incompatível com o sistema constitucional, na medida em que confere prerrogativa exclusiva a um grupo de credores em detrimento dos demais.

Para esta Administração Judicial, tal previsão legal configura desequiparação arbitrária, sem o necessário liame de pertinência com os valores constitucionais que se pretende promover. O estímulo ao cooperativismo, tal como consagrado pela Constituição, deve ser realizado por meio de incentivos proporcionais e racionalmente calibrados, e não por meio da retirada generalizada de créditos do regime concursal, o que compromete a isonomia entre credores e a própria finalidade recuperacional.





Não obstante, por meio de pesquisas, pudemos observar que o entendimento exarado por este d. Juízo tem sido no sentido de que os créditos oriundos de atos cooperativos não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, independentemente das peculiaridades da operação contratada. Tal posicionamento restou evidenciado, por exemplo, na decisão proferida nos autos da impugnação de crédito nº 0028680-78.2023.8.16.0030, em que se decidiu pela exclusão de crédito de Cooperativa.

Não se pode deixar de observar que o entendimento local encontra respaldo na jurisprudência recente do E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que tem afirmado de forma categórica que as operações de crédito formalizadas entre cooperativas de crédito e seus cooperados, ainda que por meio de cédulas de crédito bancário ou contratos de cartão de crédito, se enquadram como atos cooperativos típicos, nos termos do art. 79 da Lei nº 5.764/1971 e do art. 6º, § 13, da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual não se sujeitam à recuperação judicial. A propósito, destaca-se o seguinte julgado:

DIREITO EMPRESARIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL. AGRAVOS DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. IRRESIGNAÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E DAS EMPRESAS RECUPERANDAS. AVERIGUAÇÃO DA SUBMISSÃO DO CRÉDITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. EMISSÃO POR COOPERADO DE COOPERATIVA DE CRÉDITO. OPERAÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO DESNATURA O ATO COOPERATIVO, NOS TERMOS DO ART. 6º, § 13, DA LEI Nº 11.101/2005.** CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E DE CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO QUE SE CARACTERIZAM COMO ATO COOPERATIVO TÍPICO. NÃO SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NATUREZA EXTRACONCURSAL. [...] II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão em discussão consiste em saber se os créditos decorrentes tanto das cédulas de crédito bancário quanto dos contratos de cartão de crédito, oriundos de operações realizadas por cooperativa de crédito com seus associados, devem ser considerados como atos cooperativos e, portanto, extraconcursais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Os créditos decorrentes de atos cooperativos típicos não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, conforme o art. 6º, § 13, da Lei nº 11.101/2005. **4. A concessão**





de crédito por cooperativas de crédito é considerada ato cooperativo, mesmo que envolva operações financeiras. 5. As cédulas de crédito bancário e os contratos de cartão de crédito emitidos por cooperativas devem ser enquadrados como atos cooperativos típicos e, portanto, não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

[...] IV. DISPOSITIVO E TESE 7. [...] Tese de julgamento: Os créditos decorrentes de atos cooperativos praticados por cooperativas de crédito com seus associados não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, conforme disposto no art. 6º, § 13, da Lei nº 11.101/2005, sendo considerados extraconcursais. (TJPR - 18ª Câmara Cível - 0015952-27.2025.8.16.0000 - Maringá - Rel.: DESEMBARGADORA DENISE KRUGER PEREIRA - J. **19.05.2025**) (G.N)

A mesma orientação foi adotada, mais recentemente, de forma unânime, pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 2.091.441/SP, em que se afirmou expressamente que os atos de concessão de crédito realizados por cooperativas de crédito com seus cooperados estão abrangidos pela norma do art. 6º, § 13, da LREF, e, por isso, não se submetem aos efeitos da recuperação judicial:

RECURSO ESPECIAL. EMPRESARIAL. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. COOPERATIVA DE CRÉDITO. **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COOPERADA. ATO COOPERATIVO. NÃO SUBMISSÃO.** 1. A controvérsia dos autos resume-se em definir se o crédito da recorrida decorre de ato cooperativo e se está sujeito aos efeitos da recuperação judicial da cooperada. 2. Trata-se, na origem, de impugnação de crédito apresentada por cooperativa de crédito questionando a inclusão de crédito representado em cédulas de crédito bancário na relação de credores apresentada na recuperação judicial de cooperada. 3. Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seus associados visando à consecução dos objetivos sociais da cooperativa. Inteligência do parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 5.764/1971. 4. A Lei nº 14.112/2020 introduziu o § 13 no artigo 6º da LREF, que excluiu dos efeitos da recuperação judicial do cooperado os atos cooperativos. 5. **Na hipótese, o ato de concessão de crédito realizado entre a cooperativa de crédito e seu associado está dentro dos objetivos sociais da cooperativa, devendo ser considerado como ato cooperativo e, portanto, não sujeito aos efeitos da recuperação judicial.** 6. Recurso especial não provido. (REsp n. 2.091.441/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 20/5/2025, DJEN de **28/5/2025**.)





Não obstante, os julgados acima mencionados não afastam, em sua fundamentação, os argumentos constitucionais que amparam o entendimento desta AJ, e que foram respeitosamente reiterados neste parecer.

Contudo, em respeito ao entendimento deste d. Juízo e em conformidade com a orientação jurisprudencial que vem se consolidando nos Tribunais Superiores, esta AJ **excluiu os créditos detidos pelas Cooperativas nas hipóteses cuja emissão das cédulas, ou documentos correlatos, tenham sido emitidas por cooperado.**

Similar raciocínio não se aplica, contudo, nas hipóteses em que as devedoras em recuperação judicial tenham figurado como garantidoras fidejussórias, como se verá na sequência.

II.b Dos créditos derivados de garantias fidejussórias prestadas pela Devedora em Recuperação Judicial

No âmbito dos trabalhos realizados, identificamos a existência dos Contratos Particulares de Fornecimento de Insumo n.º 17898, 18632, 18636, 18855, 18926, 18981, 19108, 19674, 19838, 20137 e 20135 entabulados entre Gilmar Goes, ex-cônjuge de Rosimar Valler, com a Cooperativa Coamo, tendo a produtora rural figurado como garantidora fidejussória (avalista).

No que se refere a essa situação específica, desde logo, não nos parece aplicável a exceção prevista no § 13 do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, por não se tratar de obrigação decorrente de ato cooperativo, mas sim de garantia fidejussória prestada em benefício de operação contratada por terceiro.

O referido dispositivo estabelece que não se submetem aos efeitos da recuperação judicial os créditos oriundos de relações jurídicas entre cooperativas e seus cooperados, quando decorrentes de ato cooperativo típico. Como visto no tópico anterior, a jurisprudência do STJ tem reconhecido que operações entre cooperativa e cooperado se enquadram nessa hipótese, afastando sua sujeição ao processo recuperacional.

No caso em análise, contudo, a obrigação assumida por Rosimar Valler nas operações





em análise, decorre de *garantia* prestada em favor de seu ex-cônjuge, contratante da operação, não havendo relação direta entre a garantidora e a cooperativa enquanto ato cooperativo. Trata-se, portanto, de obrigação autônoma, insuscetível de ser enquadrada na exceção legal.

Distinta é, pois, a situação jurídica do avalista da obrigação contraída pelo cooperado.

O aval, enquanto instituto típico do direito cambiário, é caracterizado por dois atributos fundamentais: autonomia e equivalência, conforme definição constante do v. acórdão proferido pela Terceira Turma, do e. STJ². Por autonomia, entende-se que a existência, validade e exigibilidade do aval não dependem da obrigação principal, isto é, subsiste ainda que esta seja nula ou inexigível por vícios próprios. Já a equivalência impõe que o avalista é devedor direto do título, nas mesmas condições do avalizado, respondendo integralmente pela dívida cambiária perante o credor.

Quanto à equivalência, vale tecer esclarecimentos adicionais para não incorrer em interpretações inapropriadas. Por este princípio, o avalista assume a obrigação cambiária nos mesmos termos do devedor avalizado, mas isso não o transforma em seu substituto institucional ou contratual. Ele responde pelo crédito, mas não assume a qualidade jurídica da parte avalizada, como, por exemplo, a de cooperado, sócio ou contratante do negócio originário.

Ou seja: o avalista é “devedor como o avalizado”, mas não é “cooperado como o avalizado”. A equivalência se refere à extensão da obrigação, não à natureza da relação jurídica originária.

Neste sentido:

“No entanto, sendo os bens alienados em garantia de propriedade do devedor principal, o crédito em relação às avalistas em recuperação judicial não pode ser satisfeito com outros bens de sua propriedade, que estão submetidos ao pagamento de todos os demais credores.

² (STJ - REsp: 1677939 SP 2016/0147115-7, Relator.: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 23/06/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/06/2020)





Assim, não podem ser perseguidos outros bens das avalistas na execução.”³

Assim, o crédito oriundo de título avalizado vincula o avalista de modo direto, pessoal e independente, não havendo qualquer relação jurídica cooperativa entre este e a cooperativa credora (ainda que esta seja, de fato, cooperada). O art. 6º, §13, exclui da RJ pela condição subjetiva de cooperado contratante, ou seja, quem diretamente celebrou o contrato com a cooperativa. A cláusula de exceção não parece ser extensível ao avalista, sob pena de violação ao princípio da legalidade estrita das exceções legais.

É dizer que, ainda que Rosimar seja formalmente associada da cooperativa, é certo que, nos contratos que originaram a obrigação ora discutida, ela não atuou como cooperada ativa. As operações em questão referem-se à aquisição de insumos por seu ex-cônjuge, Gilmar, com a finalidade de viabilizar a atividade agrícola então exercida por ambos em regime de cooperação familiar. O aval prestado por Rosimar teve por objetivo possibilitar a continuidade dessa atividade rural comum, razão pela qual o crédito deve ser considerado sujeito ao presente processo, nos termos do art. 49, §6º, da LREF.

Não parece ser possível transmudar, por ficção jurídica, uma relação cambial autônoma em ato cooperativo típico, sob pena de grave distorção do sistema jurídico e violação da boa-fé objetiva.

Diante do exposto, considerando que os contratos garantidos não decorram de ato cooperativo envolvendo diretamente a avalista, mas sim de obrigação autônoma assumida por meio de título de crédito emitido em favor de terceiro alheio à recuperação judicial, não se vislumbra fundamento jurídico para afastar o regime de sujeição previsto na legislação. Por essa razão, entende-se que a garantia fidejussória prestada deve ser submetida aos efeitos da recuperação judicial.

³ STJ – REsp 1.953.180/SP 2019/0226297-2, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 25/11/2021, T3 – TERCEIRA TURMA.





III. DA DISTRIBUIÇÃO FINAL DOS CRÉDITOS

NOME	CPF/CNPJ	Classe	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
Edimilson Cardoso da Silva	033.059.509-19	I - Trabalhista	R\$ 3.282,46
G. Mário Pizzatto Advogados Associados	05.280.506/0001-15	I - Trabalhista	R\$ 216.904,99
Banco Santander (Brasil) S.A	90.400.888/0001-42	II - Garantia Real	R\$ 4.225.670,36
Coamo Agroindustrial Cooperativa	75.904.383/0001-21	III - Quirografária	R\$ 1.099.716,30
Fábio Oliveira Terra	005.392.169- 09	III - Quirografária	R\$ 36.757,00
M. A. Máquinas Agrícolas Ltda.	01.092.817/0006-04	III - Quirografária	R\$ 34.402,35
Umudiesel Derivados de Petróleo Ltda.	07.472.923/0001-95	IV - ME e EPP	R\$ 41.425,00
Total			R\$ 5.658.158,46

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se:

- A juntada da conclusão da verificação administrativa de créditos, justificada no item I e II, acima;
- A intimação das Devedoras para que se manifestem a respeito do pagamento de crédito sujeito do sr. Valdir Alves da Conceição, classe I, cf. Item I.a, acima;
- A publicação de Edital, cuja minuta encontra-se anexa, na forma do art. 7.o, § 2.o, da Lei 11.101/2005, fazendo constar a advertência de que os documentos que fundamentaram a elaboração da relação estarão disponíveis para consulta sede da Administradora Judicial, em Maringá/PR, na Av. Dr. Gastão Vidigal, 851, sala 04, solicitando aos interessados prévio contato para agendamento, sendo possível que os esclarecimentos sejam solicitados via e-mail, ao endereço contato@auxiliaconsultores.com.br.

Por fim, registra-se que dentro do prazo legal, retornaremos no feito para nos manifestarmos em relação ao contido no ev. 250.





Sem mais, apresentamos à Vossa Excelências nossos respeitosos cumprimentos.

Maringá/PR, 6 de junho de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.
Laís Keder C. de Mendonça | OAB/PR 80.384



RELAÇÃO DE CREDORES EM CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL

Apresentada aos autos do processo de recuperação judicial n.º **0028233-83.2024.8.16.0021**, em trâmite perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel/PR, processado em regime de litisconsórcio ativo pelas sociedades empresárias **(i) Fazenda Bela Vista Holding Ltda.** e **(ii) Valler & Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.**, assim como pela empresária individual **(i) Rosimar Valler.**



I. CLASSE I - TRABALHISTA

NOME	CPF/CNPJ	Resultado R\$
Edimilson Cardoso Da Silva	033.059.509-19	R\$ 3.282,46
G. Mário Pizzatto Advogados Associados	05.280.506/0001-15	R\$ 216.904,99

II. CLASSE II - GARANTIA REAL

NOME	CPF/CNPJ	Resultado R\$
Banco Santander (Brasil) S.A	90.400.888/0001-42	R\$ 4.225.670,36

III. CLASSE III – QUIROGRAFÁRIA

NOME	CPF/CNPJ	Resultado R\$
Coamo Agroindustrial Cooperativa	75.904.383/0001-21	R\$ 1.099.716,30
Fábio Oliveira Terra	005.392.169- 09	R\$ 36.757,00
M. A. Máquinas Agrícolas Ltda.	01.092.817/0006-04	R\$ 34.402,35

IV. CLASSE IV – ME E EPP

NOME	CPF/CNPJ	Resultado R\$
Umudiesel Derivados de Petróleo Ltda.	07.472.923/0001-95	R\$ 41.425,00



QUADRO COMPARATIVO DE EDITAIS

Apresentada aos autos do processo de recuperação judicial n.º **0028233-83.2024.8.16.0021**, em trâmite perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel/PR, processado em regime de litisconsórcio ativo pelas sociedades empresárias **(i) Fazenda Bela Vista Holding Ltda.** e **(ii) Valler & Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.**, assim como pela empresária individual **(i) Rosimar Valler.**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXHN VFP8J RVTEP JBRG3

NOME	CPF/CNPJ	Edital do art. 52, §1º, LREF		Edital do art. 7, §2º, LREF	
		Classe	Valor	Classe	Valor
Edimilson Cardoso da Silva	033.059.509-19	I - Trabalhista	R\$ 5.175,62	I - Trabalhista	R\$ 3.282,46
G. Mário Pizzatto Advogados Associados	05.280.506/0001-15	-	-	I - Trabalhista	R\$ 216.904,99
Valdir Alves da Conceição	016.899.729-04	I - Trabalhista	R\$ 6.706,59	I - Trabalhista	R\$ 0,00
Banco Santander (Brasil) S.A	90.400.888/0001-42	II - Garantia Real	R\$ 4.202.193,03	II - Garantia Real	R\$ 4.225.670,36
D' Marco Empreendimentos imobiliários LTDA	09.381.881/0001-02	II - Garantia Real	R\$ 910.000,00	II - Garantia Real	R\$ 0,00
Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo	81.099.491/0001-71	II - Garantia Real	R\$ 4.276.377,16	II - Garantia Real	R\$ 0,00
Coamo Agroindustrial Cooperativa	75.904.383/0001-21	III - Quirografária	R\$ 3.061.247,64	III - Quirografária	R\$ 1.099.716,30
Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata	76.093.731/0001-90	III - Quirografária	R\$ 324.140,98	III - Quirografária	R\$ 0,00
Fábio Oliveira Terra	005.392.169- 09	-	-	III - Quirografária	R\$ 36.757,00
M. A. Máquinas Agrícolas Ltda.	01.092.817/0006-04	III - Quirografária	R\$ 34.402,35	III - Quirografária	R\$ 34.402,35
Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo	81.099.491/0001-71	III - Quirografária	R\$ 228.000,00	III - Quirografária	R\$ 0,00
Silva & Secco Ltda.	22.272.093/0001-46	III - Quirografária	R\$ 15.200,00	III - Quirografária	R\$ 0,00
Umudiesel Derivados de Petróleo Ltda.	07.472.923/0001-95	III - Quirografária	R\$ 41.425,00	IV - ME e EPP (reclassificado)	R\$ 41.425,00



RELATÓRIO

DE ANÁLISE DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS – CLASSE I

I. EDIMILSON CARDOSO DA SILVA.....	2
II. G. MÁRIO PIZZATTO ADVOGADOS ASSOCIADOS.....	3
III. VALDIR ALVES DA CONCEIÇÃO.....	4
IV. RESULTADO DA CLASSE.....	5



I. EDIMILSON CARDOSO DA SILVA

O credor Edimilson foi inicialmente relacionado por valor integral constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), o qual perfazia o montante de R\$ 5.175,62. Contudo, após análise da documentação apresentada pelas Devedoras, constatou-se que a data do efetivo desligamento foi 30/08/2024, ou seja, posterior ao pedido de recuperação judicial, protocolado em 28/08/2024.

Dessa forma, a verificação da sujeição do crédito ao processo recuperacional foi realizada com base no critério do fato gerador, em conformidade com o entendimento consolidado na jurisprudência e nos termos do art. 49, caput, da Lei 11.101/2005. Consideraram-se, portanto, sujeitas apenas as parcelas cujos fatos geradores se consolidaram anteriormente à data do pedido de recuperação judicial.

Nessa linha, foram reconhecidos como créditos trabalhistas sujeitos à recuperação judicial os seguintes valores, devidos até a data do pedido:

- Proporcional de 28 dias de salário: R\$ 2.352,00
- Horas extras: R\$ 446,73
- Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre salário variável: R\$ 68,73
- Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): R\$ 415,00

Por outro lado, não foram considerados sujeitos à recuperação judicial os valores correspondentes ao salário proporcional de 2 dias, às férias proporcionais (3/12 avos), ao aviso-prévio indenizado (18 dias), ao 13º salário proporcional (8/12 avos), às férias vencidas referentes ao período aquisitivo de 01/06/2023 a 31/05/2024, ao 13º salário sobre o aviso-prévio indenizado, ao terço constitucional de férias e às férias

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



relativas ao aviso-prévio indenizado, uma vez que tais verbas decorrem exclusivamente do ato de rescisão contratual ocorrido em 30/08/2024, com fato gerador posterior ao pedido de recuperação.

Portanto, o valor reconhecido no quadro geral de credores corresponde exclusivamente às parcelas cuja origem antecede o pedido de recuperação judicial, resultando no montante de R\$ 3.282,46, classificado como crédito trabalhista (Classe I), em estrita observância ao critério do fato gerador e às disposições legais aplicáveis à fase administrativa de verificação de créditos.

II. G. MÁRIO PIZZATTO ADVOGADOS ASSOCIADOS

O credor G. Mário Pizzatto Advogados Associados não constava, inicialmente, na relação de credores apresentada pelas Devedoras por ocasião do ajuizamento da recuperação judicial, tampouco foi incluído na relação publicada em edital, nos termos do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005.

Contudo, no curso da verificação administrativa, a Administração Judicial procedeu à análise de processos judiciais em que as Devedoras figuram como parte e, nesse contexto, identificou-se que, nos autos de execução n.º 0000645-38.2024.8.16.0042, movidos por Sicredi Vale do Piquiri contra Rosimar Valler, o referido escritório atua como procurador da parte exequente. Naquele feito, por decisão datada de 26/06/2024 (seq. 12), foram fixados honorários advocatícios sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor do débito.

Assim, considerando a planilha de cálculo da operação executada C35720363-8, que demonstrava saldo de R\$ 2.126.519,55 na data do pedido de recuperação judicial, o montante correspondente aos honorários fixados judicialmente perfaz o valor de R\$ 216.904,99.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Ainda, dada a natureza alimentar dos honorários advocatícios, tanto os contratuais quanto os sucumbenciais, já reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.785.467/SP), assegurando-se tratamento equiparado aos créditos de natureza salarial em razão da função remuneratória do trabalho prestado pelo advogado.

Assim, reconhece-se como crédito sujeito à recuperação judicial o valor de R\$ 216.904,99, devido ao escritório G. Mário Pizzatto Advogados Associados, classificado na Classe I – Trabalhista.

III. VALDIR ALVES DA CONCEIÇÃO

O credor Valdir Alves da Conceição constou na relação de credores apresentada pelas Devedoras por ocasião do ajuizamento da recuperação judicial, tendo sido publicado no edital previsto no art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, pelo montante de R\$ 6.706,59.

Contudo, no curso da verificação administrativa, a Administração Judicial procedeu à análise de processos judiciais em que as Devedoras figuram como parte e, nesse contexto, identificou-se, nos autos da reclamação trabalhista n.º 0001119-77.2024.5.09.0325, a existência de Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) assinado, com a expressa informação de quitação do montante decorrente da rescisão contratual.

Ainda que o pagamento tenha sido efetuado após o ajuizamento da recuperação judicial, em manifesta irregularidade frente à vedação de pagamentos seletivos, a natureza alimentar da verba quitada e sua consequente irrepetibilidade impedem a reinclusão do crédito nos quadros da recuperação.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Dessa forma, considerando-se a quitação documentalmente comprovada, ainda que em momento posterior ao pedido, e diante da impossibilidade de restituição de verba alimentar já satisfeita, entende-se pela exclusão do credor Valdir Alves da Conceição da relação de credores.

IV. RESULTADO DA CLASSE

NOME	CPF/CNPJ	Classe	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
Edimilson Cardoso da Silva	033.059.509-19	I - Trabalhista	R\$ 3.282,46
G. Mário Pizzatto Advogados Associados	05.280.506/0001-15	I - Trabalhista	R\$ 216.904,99
Total			R\$ 220.187,45

Maringá/PR, 6 de junho de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Laís Keder Camargo de Mendonça | OAB/PR 80.384

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



RELATÓRIO

DE ANÁLISE DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL – CLASSE II

I. BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.....	2
II. SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO	3
III. D' MARCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	6
IV. RESULTADO DA CLASSE.....	7



I. BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

O credor Banco Santander (Brasil) S.A. foi inicialmente relacionado na Classe II – Créditos com Garantia Real, pelo montante de R\$ 4.202.193,03, valor correspondente ao acordo homologado judicialmente nos autos n.º 0000807-33.2024.8.16.0042.

Contudo, após solicitação de documentos complementares encaminhada por e-mail aos procuradores do credor, bem como a partir da análise dos processos judiciais em que as Devedoras e a instituição financeira figuram como partes, verificaram-se os seguintes elementos relevantes à composição do crédito sujeito:

- a) **Operação CCB 457700300375** – Emitida por Gilmar Goes, com Rosimar Valler como avalista. Diante da solidariedade decorrente da garantia pessoal prestada pela Devedora em recuperação judicial, foi reconhecido como crédito sujeito o valor de R\$ 23.477,33, correspondente à parcela com vencimento em 13/01/2025, conforme demonstrado nos autos da execução n.º 0000701-37.2025.8.16.0042, em que se verificou a inadimplência. Considerando a existência de garantia hipotecária cédular sobre o imóvel de matrícula n.º 1.368 do CRI de Alto Piquiri/PR, o valor foi classificado na Classe II – Créditos com Garantia Real.
- b) **Operação CCB BNDES FINAME 60265997-01** – Emitida por Rosimar Valler, objeto da ação n.º 0000510-89.2025.8.16.0042. Trata-se de operação garantida por alienação fiduciária sobre maquinários, razão pela qual não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005.
- c) **Acordo homologado nos autos n.º 0000807-33.2024.8.16.0042** – Mantido integralmente na relação de credores, conforme inicialmente apresentado, considerando que as obrigações encontram-se garantidas por hipoteca cédular sobre os imóveis matriculados sob os n.ºs 1.368, 460, 2.956 e 617, todos registrados no Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri/PR. O acordo

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



envolveu as seguintes operações: CPR 0457700300995, CPR 0457700301037, CPR 0457700301053, CPR 0457700301177, Custeio 0457700301207 e CPE 045770001186103.

Dessa forma, o **Banco Santander (Brasil) S.A.** figurará na **relação de credores da Classe II – Créditos com Garantia Real**, pelo valor total de **R\$ 4.225.670,36**, resultante da soma do acordo homologado e do crédito decorrente da operação CCB 457700300375, conforme apurado na fase administrativa de verificação.

II. SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO

O credor SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo foi inicialmente relacionado na Classe II – Créditos com Garantia Real, pelo valor de R\$ 4.276.377,16, e na Classe III – Quirografária, pelo montante de R\$ 228.000,00.

No curso da verificação administrativa, a Administração Judicial procedeu à análise individualizada das operações contratadas diretamente por Rosimar Valler, bem como daquelas emitidas por Gilmar Goes, com o objetivo de averiguar eventual prestação de garantia fidejussória por Rosimar, o que, caso constatado, atrairia a sujeição da obrigação ao processo de recuperação judicial, nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005. Isso porque, diferentemente das obrigações principais assumidas no âmbito de ato cooperativo, a prestação de aval ou fiança não se qualifica como tal, sendo passível de sujeição à recuperação judicial.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



No tocante às operações celebradas por Rosimar Valler, identificou-se que todas foram firmadas na condição de cooperada, no âmbito de relação jurídica típica de ato cooperativo, nos termos do art. 6º, § 13, da Lei 11.101/2005, razão pela qual não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial.

Já em relação às operações de Gilmar Goes, ainda que este não integre o polo ativo da recuperação, a Administração Judicial analisou os respectivos contratos com o intuito de verificar se Rosimar Valler teria atuado como garantidora fidejussória (ex. avalista ou fiadora). Se assim fosse, a obrigação da garantidora se sujeitaria à recuperação judicial, uma vez que a prestação de garantia fidejussória não configura ato cooperativo. Contudo, não foram localizadas garantias pessoais prestadas por Rosimar Valler em favor das obrigações de Gilmar Goes, o que afasta a sujeição dessas operações.

Diante disso, não subsistindo operações sujeitas à recuperação judicial, seja por se tratarem de atos cooperativos, seja pela ausência de garantia fidejussória da Devedora, conclui-se pela exclusão do SICREDI da relação de credores sujeitos ao processo de recuperação judicial, tanto na Classe II quanto na Classe III.

Relação das operações analisadas:

- a. Gilmar Goes
 - C3570785-9 – CPR – Cédula de Produto Rural
 - C3570790-0 – PF Crédito Fomento Pré-Fixado
 - C3570877-0 – Comerc.Agr-Pec Rateado FTP
 - C3570924-5 – PRONAMP Custeio Agr MCR 6.2

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



- C45720010-0 – PF Crédito Fomento Pré-Fixado
 - C10002409-0 – PROCAPSICREDI
 - C35720067-0 – PF Crédito Fomento
 - C35720060-4 – PF Crédito Fomento Pré-Fixado
 - C35720190-2 – CPR – Cédula de Produto Rural
 - C35720350-6 – CA RP Banco Repasse – LCA
 - C35720424-3 – PF Crédito Rotativo
 - C35720517-7 – PF Crédito Fomento
 - C35720570-3 – PF Crédito Fomento Pré-Fixado
 - C35720740-4 – PRONAMP Custeio Agr MCR 6.2
 - Cheque Especial – Crédito Pessoal
 - Cartão – Crédito Pessoal
- b. Rosimar Valler
- C05720242-3 – Investimento Agrícola Poupança Pré
 - C25720984-7 – PF Crédito Fomento Pré-Fixado
 - C35720328-0 – Empréstimo com Garantia Imóvel Não Res. SPV P
 - C35720363-8 – CA RP Banco Repasse – LCA
 - C35720656-4 – PF Crédito Fomento Pré-Fixado
 - C35720827-3 – Custeio Agr-Pec Rateado FTP

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



- C35720875-3 – Comerci.Agr-Pec Rateado FTP
- C5720029-0 – PF Crédito Fomento Pré-Fixado
- Cheque Especial – Crédito Fomento
- Cartão – Crédito Fomento

III. D' MARCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

O credor D'Marco Empreendimentos Imobiliários Ltda. foi inicialmente relacionado na Classe II – Créditos com Garantia Real, pelo montante de R\$ 910.000,00.

Com o recebimento de divergência de crédito, instruída com a documentação contratual pertinente, a Administração Judicial procedeu à análise dos instrumentos firmados entre a Devedora Rosimar Valler e o credor, sendo possível constatar a não sujeição dos negócios jurídicos estabelecidos entre as partes.

Foram apresentados dois contratos: o primeiro, Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda, tem por objeto o apartamento n.º 2605, com as vagas de garagem n.ºs 49 e 47, localizados no Residencial Adonai, e contém, na página 19, cláusula 19ª, item 1, disposição expressa de irrevogabilidade e irretratabilidade. O segundo, Contrato Particular de Cessão de Direitos de Bem Imóvel, refere-se ao apartamento n.º 801, com as vagas de garagem n.ºs 4 e 4A, no Residencial Príncipe de Andorra, e também prevê, na página 8, cláusula 12ª, item 6, a mesma condição de irrevogabilidade e irretratabilidade.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Assim, conforme interpretação do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005, diante da existência de cláusulas contratuais que afastam a consolidação da posse plena em favor da Devedora e asseguram ao credor a restituição do bem em caso de inadimplemento, conclui-se que os valores relacionados a tais contratos são não sujeitos, motivo pelo qual procedeu-se à exclusão do credor D'Marco Empreendimentos Imobiliários Ltda. da relação de credores sujeitos ao processo de recuperação judicial.

IV. RESULTADO DA CLASSE

NOME	CPF/CNPJ	Classe	Editais do art. 7º, § 2º, LREF
Banco Santander (Brasil) S.A	90.400.888/0001-42	II - Garantia Real	R\$ 4.225.670,36
Total			R\$ 4.225.670,36

Maringá/PR, 6 de junho de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Laís Keder Camargo de Mendonça | OAB/PR 80.384

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



RELATÓRIO

DE ANÁLISE DOS CRÉDITOS DAS CLASSES III E IV

I. CLASSE III - QUIROGRAFÁRIA.....	2
II. CLASSE IV – ME E EPP	7
III. RESULTADO POR CLASSE.....	8



I. CLASSE III - QUIROGRAFÁRIA

a. Coamo Agroindustrial Cooperativa

A credora Coamo Agroindustrial Cooperativa foi inicialmente relacionada pelo montante de R\$ 3.061.247,64. No entanto, apresentou divergência de crédito postulando sua exclusão da relação de credores sujeitos à recuperação judicial, sob o fundamento de que as operações firmadas com a Devedora Rosimar Valler decorreriam de atos cooperativos, os quais não se sujeitam aos efeitos do processo, nos termos do art. 6º, § 13, da Lei 11.101/2005.

Por ocasião da divergência, a credora anexou os contratos de fornecimento de insumos celebrados diretamente com Rosimar Valler, bem como aqueles firmados com o cooperado Gilmar Goes, nos quais Rosimar Valler figura como garantidora.

Em relação aos contratos celebrados diretamente entre a cooperativa e Rosimar Valler, reconhece-se, de fato, a natureza de ato cooperativo, de modo que tais créditos não se sujeitam à recuperação judicial, nos termos expressos da legislação.

Todavia, quanto às operações contratadas por Gilmar Goes, firmadas diretamente com a cooperativa, mas com garantia pessoal prestada por Rosimar Valler, aplica-se entendimento diverso. Isso porque a prestação de garantia fidejussória por parte da Devedora não configura ato cooperativo, mas sim obrigação autônoma e acessória que, por derivar de relação jurídica distinta, atrai a sujeição ao feito recuperacional, nos termos do entendimento delineado na fundamentação jurídica constante da petição que instrui o presente relatório.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Dessa forma, foram consideradas sujeitas à recuperação judicial as operações firmadas por Gilmar Goes com a Coamo, nas quais Rosimar Valler assumiu a posição de garantidora. Tais contratos, discriminados abaixo, totalizam o montante de R\$ 1.099.716,30, valor a ser relacionado na Classe III – Quirografária:

Tipo	n.º	Cooperado	Emissão	Garantidor	Resultado	Edital do art. 7º, § 2º
Contrato particular de fornecimento de insumos	17898	Gilmar Goes	20/02/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 83.864,67
	18632	Gilmar Goes	27/07/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 269.291,59
	18636-a	Gilmar Goes	28/07/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 143.456,81
	18636-b	Gilmar Goes	29/07/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 123.231,55
	18636-c	Gilmar Goes	30/07/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 105.948,63
	18855-a	Gilmar Goes	21/09/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 10.107,71
	18855-b	Gilmar Goes	22/09/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 11.909,94
	18926	Gilmar Goes	02/10/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 152.743,73
	18981	Gilmar Goes	10/10/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 76.779,33
	19108	Gilmar Goes	25/10/2023	Rosimar Valler	Sujeito - valor cf. planilha de cálculo do credor	R\$ 33.161,69
	19674	Gilmar Goes	03/01/2024	Rosimar Valler	Sujeito - mantido valor de 15/07/2024, pois não recebemos planilha	R\$ 4.226,57

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



	19838	Gilmar Goes	25/01/2024	Rosimar Valler	Sujeito - mantido valor de 15/07/2024, pois não recebemos planilha	R\$ 10.449,29
	20137	Gilmar Goes	02/03/2024	Rosimar Valler	Sujeito - mantido valor de 15/07/2024, pois não recebemos planilha	R\$ 2.414,87
	20135	Gilmar Goes	02/03/2024	Rosimar Valler	Sujeito - mantido valor de 15/07/2024, pois não recebemos planilha	R\$ 72.129,92
Total						R\$ 1.099.716,30

b. Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata

O credor Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata, inicialmente relacionado na Classe III – Quirografia, pelo valor de R\$ 324.140,98, foi excluído da relação de credores sujeitos por ocasião da verificação administrativa de créditos. A exclusão decorre da natureza não sujeita das operações firmadas entre Rosimar Valler e a cooperativa, uma vez que se trata de atos cooperativos, nos termos do art. 6º, § 13, da Lei 11.101/2005.

As obrigações decorrem de duplicatas emitidas em razão do fornecimento de insumos agrícolas, bem como de contrato de financiamento de calcário para correção de solo, caracterizando-se, portanto, como relações típicas do vínculo cooperativo entre a associada e a cooperativa. Diante disso, reconhece-se que tais créditos não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, razão pela qual o credor Copacol foi excluído da relação de credores sujeitos.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



c. Fábio Oliveira Terra

O credor Fábio Oliveira Terra não constou, inicialmente, na relação de credores publicada no edital a que se refere o art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005. No entanto, a partir da habilitação de crédito apresentada diretamente pelo credor, foi possível aferir a existência de crédito no valor de R\$ 36.757,00, correspondente à parcela do resultado da produção agrícola da safra de milho/2024 proveniente de 10,38 alqueires da Fazenda Bela Vista, sobre os quais Fábio Oliveira Terra detinha direito de uso mediante contrato de comodato.

Verificou-se que a produção em questão foi operacionalizada por Rosimar Valler e Gilmar Goes nas referidas áreas cedidas em comodato, sem o repasse do valor correspondente ao titular do uso da terra, resultando no crédito ora apurado. Ressalta-se que o montante foi expressamente reconhecido pelas Devedoras, não havendo controvérsia quanto à sua origem, legitimidade e exigibilidade.

Dessa forma, o valor de R\$ 36.757,00 será incluído na relação de credores sujeitos ao processo de recuperação judicial.

d. M. A. Máquinas Agrícolas Ltda.

O credor foi mantido na relação de credores, conforme originalmente relacionado no edital publicado nos termos do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, pelo valor de R\$ 34.402,35. O crédito decorre do fornecimento de produtos e/ou serviços regularmente formalizado por meio das notas fiscais discriminadas abaixo, cujos documentos comprobatórios foram integralmente apresentados pela Devedora à Administração Judicial no curso da verificação administrativa:

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



- Nota Fiscal n.º 179113, emitida em 05/04/2024, no valor total de R\$ 124,80, com vencimentos parcelados em 11/06/2024, 10/07/2024 e 10/08/2024, no valor de R\$ 41,60 cada.
- Nota Fiscal n.º 179065, emitida em 04/04/2024, no valor de R\$ 243,19, com vencimento em 03/05/2024.
- Nota Fiscal n.º 178776, emitida em 26/03/2024, no valor de R\$ 2.480,52, com vencimento em 24/04/2024.
- Nota Fiscal n.º 177303, emitida em 21/02/2024, no valor total de R\$ 7.499,84, com vencimentos em 21/03/2024 e 20/04/2024, no valor de R\$ 3.749,92 cada.
- Nota Fiscal n.º 176359, emitida em 29/01/2024, no valor de R\$ 9.000,00, com vencimento em 27/04/2024.
- Nota Fiscal de Serviços n.º 37738, emitida em 22/02/2024, no valor de R\$ 10.000,00.
- Nota Fiscal de Serviços n.º 38086, emitida em 04/04/2024, no valor de R\$ 5.054,00.

Todos os documentos foram entregues em conformidade com os critérios definidos para a verificação administrativa e confirmam a legitimidade, existência e exigibilidade do crédito na data do pedido de recuperação judicial, razão pela qual o valor foi integralmente mantido na relação de credores.

e. Silva & Secco Ltda.

O credor Silva & Secco Ltda. (CNPJ 22.272.093/0001-46) foi inicialmente relacionado no edital publicado nos termos do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, pelo valor de R\$ 15.200,00, classificado na Classe III – Quirografária.

O crédito informado referia-se a nota promissória n.º 123, no montante de R\$ 15.200,00, apresentada em formato digital e sem assinatura da emitente. Em diligência complementar, a Administração Judicial entrou em contato com o credor, ocasião em que foi informado que o valor

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



foi integralmente quitado, inexistindo saldo em aberto. Para comprovação, foi apresentado recibo de pagamento datado de 24 de junho de 2024.

Diante disso, o crédito foi excluído da relação de credores sujeitos ao processo de recuperação judicial.

II. CLASSE IV – ME E EPP

a. Umudiesel Derivados de Petróleo Ltda.

O credor Umudiesel Derivados de Petróleo Ltda. (CNPJ 07.472.923/0001-95) foi inicialmente relacionado no edital publicado nos termos do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, pelo valor de R\$ 41.425,00, classificado na Classe III – Quirografia. Por ocasião da etapa administrativa de verificação de créditos, o valor foi mantido na relação de credores com a mesma quantia, porém reclassificado para a Classe IV – Microempresa, em razão do enquadramento jurídico da credora.

O crédito tem origem nas seguintes notas fiscais, cujos documentos comprobatórios foram devidamente apresentados à Administração Judicial:

- Nota Fiscal n.º 58510, emitida em 26/07/2024, no valor de R\$ 13.975,00, com vencimento em 10/09/2024;
- Nota Fiscal n.º 57967, emitida em 14/06/2024, no valor de R\$ 27.450,00, com vencimento em 30/07/2024.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Diante da regularidade da documentação apresentada, da exigibilidade dos valores na data do pedido de recuperação judicial e do enquadramento da credora como microempresa, o crédito de R\$ 41.425,00 será mantido na relação de credores, com reclassificação para a Classe IV – Microempresa.

III. RESULTADO POR CLASSE

Classe III - Quirografária			
Nome	CPF/CNPJ	Classe	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
Coamo Agroindustrial Cooperativa	75.904.383/0001-21	III - Quirografária	R\$ 1.099.716,30
Fábio Oliveira Terra	005.392.169- 09	III - Quirografária	R\$ 36.757,00
M. A. Máquinas Agrícolas Ltda.	01.092.817/0006-04	III - Quirografária	R\$ 34.402,35
Total			R\$ 1.170.875,65

Classe IV – ME e EPP			
Nome	CPF/CNPJ	Classe	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
Umudiesel Derivados de Petróleo Ltda.	07.472.923/0001-95	IV - ME e EPP (reclassificado)	R\$ 41.425,00
Total			R\$ 41.425,00

Maringá/PR, 6 de junho de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Laís Keder Camargo de Mendonça | OAB/PR 80.384

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br

